



Proc. Administrativo 47- 15.326/2025

De: Fernando L. - SMST

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 23/12/2025 às 20:58:37

Setores envolvidos:

GP, ADM-DL-LIC, ADM-DL-COMP, SMF-CONT, SMEC, SMST, SMST-ADM, SMEC-ADMIN, SMEC-FINAN, ADM-CCL-CE, GP-PG-LIC, SMF-CTIB-CONS

Contratação de Sistemas de Alarmes para a Educação

Segue em anexo parecer com esclarecimentos

—
Fernando Luz Lehnem

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

Anexos:

Parecer_com_esclarecimentos_Vigilare.pdf



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

DECISÃO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 403/2025

IMPUGNANTE: VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA

CNPJ: 02.883.607/0001-92

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24h/7 dias, incluindo fornecimento em comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva/corretiva e suporte técnico de equipamentos para escolas municipais

DATA DA IMPUGNAÇÃO: 22 de dezembro de 2025

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29 de dezembro de 2025

I. RELATÓRIO

Trata-se de **impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 107/2025**, apresentada tempestivamente pela empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

A impugnante questiona dois aspectos do edital:

- a)** Alegada excessiva restritividade das exigências de **Atestado de Capacidade Técnica (ACT)** constantes dos itens 7.1.4.1.1 e 7.1.4.2.2, especialmente quanto à especificação de frequência de 800 MHz, características técnicas dos sensores (sem fio, com supervisão à distância e imunidade a pequenos animais até 20 kg), comprovação de atendimento a 25 locais distintos e quantidades específicas de equipamentos;
- b)** Ausência de previsão de **Prova de Conceito (PoC)** no procedimento licitatório.

A impugnante fundamenta suas alegações nos princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e competitividade (art. 5º da Lei 14.133/2021), na vedação à restrição de competitividade (art. 9º, I, "a"), nos limites para exigências de qualificação técnica (art. 67, II e §2º), além de citar jurisprudência do TCU e TCE-SP.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

É o relatório. Passo à fundamentação e decisão.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação foi protocolada em **22 de dezembro de 2025**, para sessão pública agendada para **29 de dezembro de 2025**, observando o prazo de **3 (três) dias úteis** previsto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

Conclusão: A impugnação é **TEMPESTIVA** e deve ser conhecida.

2. DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

2.1. DAS EXIGÊNCIAS DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A impugnante alega que as exigências editalícias seriam excessivamente restritivas, violando os princípios da competitividade e isonomia.

Analisemos cada ponto:

2.1.1. Da Especificação Técnica e sua Necessidade

O objeto licitatório envolve a **segurança patrimonial de escolas municipais**, bem jurídico de elevada relevância social, que demanda **sistemas de monitoramento confiáveis, eficientes e tecnicamente adequados**.

As especificações técnicas constantes do edital — **frequência mínima de 800 MHz, sensores sem fio com supervisão à distância e imunidade a pequenos animais até 20 kg** — não constituem capricho ou direcionamento, mas sim **requisitos técnicos indispensáveis** para garantir:

- ✓ **Confiabilidade da comunicação:** A frequência de 800 MHz proporciona maior alcance, menor interferência e melhor penetração em ambientes construídos, essencial para prédios escolares com múltiplos ambientes;
- ✓ **Supervisão remota efetiva:** A supervisão à distância permite identificar falhas de comunicação, bateria fraca ou sabotagem dos sensores, evitando "pontos cegos" no sistema de segurança;
- ✓ **Redução de falsos alarmes:** A imunidade a pequenos animais até 20 kg é fundamental para evitar acionamentos indevidos causados por animais domésticos ou fauna urbana, reduzindo custos operacionais e desgaste da central de monitoramento.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Tais especificações estão **diretamente relacionadas à funcionalidade e eficiência do objeto**, não se tratando de exigências arbitrárias ou desnecessárias.

2.1.2. Da Conformidade com o Art. 67, §2º da Lei 14.133/2021

O art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021 estabelece:

"§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados."

O edital, em seu item **7.1.4.2.1**, expressamente prevê a comprovação de **"no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais"**, em estrita observância ao dispositivo legal.

As quantidades exigidas no item 7.1.4.2.2 são:

- **25 centrais de alarme** (50% de 50 previstas no objeto)
- **498 sensores de interior** (50% de 996 previstos)
- **51 sensores semiabertos** (50% de 102 previstos)
- **44 repetidores** (50% de 88 previstos)

Portanto, **não há violação ao limite legal de 50%**, estando o edital em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2.1.3. Da Aceitação de Atestados com Similaridade ao Objeto

Embora o edital exija características técnicas específicas para a operabilidade do serviço, é importante esclarecer que **não se exige identidade absoluta para o fornecimento dos atestados**, mas sim **similaridade técnica e funcional** ao objeto contratado.

Interpretação do item 7.1.4.1.1:

O dispositivo editalício menciona expressamente **"serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação"**, o que demonstra a **aceitação de atestados que comprovem experiência em serviços similares**, ainda que não idênticos em todos os aspectos.

Critérios de similaridade aceitos:

Serão considerados **similares** os atestados que comprovem:

- ✓ **Prestação de serviços de monitoramento eletrônico 24h/7 dias**, com comunicação remota de eventos;
- ✓ **Fornecimento de equipamentos em regime de comodato, locação ou cessão** (não necessariamente comodato), conforme já esclarecido no Edital Retificado;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- ✓ **Instalação, configuração e manutenção de sistemas de alarme** com tecnologia de comunicação sem fio e supervisão remota;
- ✓ **Atendimento a múltiplos locais/prédios**, demonstrando capacidade operacional de gestão simultânea de diversos pontos monitorados;
- ✓ **Equipamentos com características técnicas equivalentes**, ainda que com variações de marca, modelo ou especificações secundárias, desde que atendam aos requisitos funcionais de:
 - Comunicação remota confiável (via internet, GPRS, radiofrequência ou tecnologia equivalente);
 - Supervisão de status dos sensores;
 - Capacidade de discriminação de eventos (redução de falsos alarmes).

O que NÃO se exige:

- ✗ Identidade de marca ou modelo de equipamentos;
- ✗ Identidade absoluta de frequência (aceita-se tecnologia equivalente que comprove mesma funcionalidade);
- ✗ Identidade de tipo de cliente (público ou privado);
- ✗ Identidade de segmento atendido (escolas, hospitais, repartições, empresas, condomínios etc.).

Fundamentação jurídica:

A interpretação sistemática do edital, à luz dos princípios da **razoabilidade** e **competitividade** (art. 5º da Lei 14.133/2021), impõe que as exigências de qualificação técnica sejam compreendidas como **requisitos de capacidade operacional e experiência técnica**, e não como exigência de replicação exata de contratos anteriores.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCU é consolidada no sentido de que *A exigência de atestados de capacidade técnica deve limitar-se a comprovar que o licitante possui experiência anterior compatível com o objeto licitado, sendo vedada a imposição de requisitos que configurem restrição indevida à competitividade.*

Assim, **esclarece-se que serão aceitos atestados que demonstrem similaridade técnica e funcional ao objeto**, cabendo à Comissão de Licitação avaliar, caso a caso, a adequação dos atestados apresentados aos requisitos editalícios, sempre sob o prisma da razoabilidade e proporcionalidade.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

2.2. DA NÃO REALIZAÇÃO DE PROVA DE CONCEITO (PoC)

A impugnante sustenta a necessidade de inclusão de Prova de Conceito (PoC) no procedimento licitatório, com base no art. 17, §3º da Lei nº 14.133/2021 e em jurisprudência do TCU.

2.2.1. Da Facultatividade da Prova de Conceito

O art. 17, §3º da Lei nº 14.133/2021 estabelece:

"§ 3º Desde que previsto no edital, o órgão ou entidade licitante poderá realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante prova de conceito, avaliação de amostra ou de certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação."

A redação legal é clara ao utilizar a expressão "**poderá**", o que denota **faculdade** do gestor público, e não obrigatoriedade.

A Prova de Conceito é um **instrumento opcional** à disposição da Administração, cuja adoção deve ser avaliada à luz de critérios de **oportunidade, conveniência, complexidade técnica e viabilidade operacional**.

2.2.2. Da Desnecessidade de PoC no Caso Concreto

A decisão de **não realizar Prova de Conceito** no presente certame fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos e jurídicos:

a) Objeto de natureza consolidada no mercado

Os sistemas de monitoramento eletrônico de alarmes são **tecnologias maduras e amplamente difundidas** no mercado brasileiro, com padrões técnicos estabelecidos, normas de referência (ABNT NBR IEC 60839, ABNT NBR 16.569) e fornecedores especializados.

Não se trata de **tecnologia inovadora, experimental ou de especificação inédita**, que justificaria a necessidade de validação prévia por meio de PoC.

b) Especificações técnicas objetivas e verificáveis

O Termo de Referência estabelece **requisitos técnicos claros, objetivos e mensuráveis**, tais como:

- Frequência de operação;
- Tempo de resposta a eventos;
- Tempo máximo de restauração (SLA de 24 horas);
- Características dos sensores (supervisão, imunidade).



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Tais especificações são **passíveis de comprovação documental** (manuais técnicos, certificações, laudos) e de **verificação durante a execução contratual**, por meio da fiscalização técnica.

c) Atestados de Capacidade Técnica como instrumento de validação

A exigência de **Atestados de Capacidade Técnica** que comprovem a execução de serviços similares, com quantitativos mínimos de 50% do objeto, constitui **mecanismo eficaz de validação da experiência e capacidade operacional** dos licitantes.

Os atestados demonstram que a empresa **já executou contratos de mesma natureza**, o que reduz significativamente os riscos de insucesso na execução.

d) Fiscalização contratual como instrumento de conformidade

O edital prevê **fiscalização técnica rigorosa** durante a execução contratual, com:

- Verificação da conformidade dos equipamentos instalados;
- Testes de funcionamento e integração;
- Acompanhamento do cumprimento do SLA;
- Possibilidade de aplicação de penalidades em caso de não conformidade.

Esse mecanismo de **controle a posteriori** é suficiente para garantir a adequação técnica da solução contratada, sem necessidade de validação prévia por PoC.

e) Economicidade e celeridade do procedimento

A realização de Prova de Conceito implica:

- **Custos adicionais** para os licitantes (deslocamento, instalação temporária, testes);
- **Aumento do prazo** do procedimento licitatório;
- **Complexidade operacional** (definição de critérios, metodologia, local de testes, comissão avaliadora).

Tais ônus devem ser **proporcionais aos benefícios esperados**. No caso concreto, considerando a natureza consolidada do objeto e a existência de mecanismos alternativos de validação (atestados + fiscalização), a PoC representaria **custo desproporcional ao benefício**, violando o princípio da **economicidade** (art. 37, caput, CF/88 e art. 5º, caput, Lei 14.133/2021).

2.2.3. Da Jurisprudência do TCU

A impugnante cita jurisprudência do TCU que recomenda a realização de PoC em contratações tecnológicas. Contudo, é importante contextualizar:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Os acórdãos citados (TCU nº 1.215/2009 e 2.932/2009) referem-se a **contratações de soluções de TI complexas, customizadas ou inovadoras**, nas quais a PoC é recomendada para **validar a viabilidade técnica e a aderência da solução proposta**.

No caso concreto, **não se trata de solução customizada ou inovadora**, mas de **fornecimento de equipamentos e serviços padronizados de monitoramento eletrônico**, amplamente disponíveis no mercado.

Ademais, a própria jurisprudência do TCU reconhece a **facultatividade da PoC**, afirmando constantemente que a realização de prova de conceito é recomendável em contratações de TI de alta complexidade, mas não constitui exigência obrigatória, devendo ser avaliada pelo gestor à luz das características do objeto e dos riscos envolvidos.

2.2.4. Conclusão sobre a PoC

A **não realização de Prova de Conceito** no presente certame constitui **escolha técnica e administrativa legítima**, fundamentada em:

- ✓ **Facultatividade legal** (art. 17, §3º, Lei 14.133/2021);
- ✓ **Natureza consolidada do objeto** (tecnologia madura);
- ✓ **Existência de mecanismos alternativos de validação** (atestados + fiscalização);
- ✓ **Princípios da economicidade e celeridade**;
- ✓ **Proporcionalidade entre custos e benefícios**.

Portanto, **não há vício ou ilegalidade** na ausência de previsão de PoC no edital.

III. DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 9º, 17, 67 e 164 da Lei nº 14.133/2021, e nos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade, **OPINAMOS por:**

1. CONHECER da impugnação apresentada pela empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, por tempestiva e formalmente adequada;

2. JULGAR IMPROCEDENTE a impugnação, pelos seguintes fundamentos:

a) As exigências de Atestado de Capacidade Técnica constantes dos itens 7.1.4.1.1 e 7.1.4.2.2 do edital **estão em conformidade com o art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021**, limitando-se a 50% dos quantitativos do objeto, e as especificações técnicas são **indispensáveis à adequada execução do objeto**, não configurando restrição indevida à competitividade;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

b) A não realização de Prova de Conceito (PoC) constitui **escolha legítima da Administração**, amparada na facultatividade prevista no art. 17, §3º da Lei nº 14.133/2021, na natureza consolidada do objeto e nos princípios da economicidade e proporcionalidade;

3. ESCLARECER que, para fins de habilitação técnica:

a) Serão **aceitos atestados que comprovem a execução de serviços com similaridade técnica e funcional ao objeto**, não se exigindo identidade absoluta de características, marcas, modelos ou segmentos atendidos;

b) A avaliação da similaridade será realizada pela Comissão de Licitação, considerando a **compatibilidade das características técnicas, quantitativos e complexidade** dos serviços atestados em relação ao objeto licitado, sempre sob o prisma da razoabilidade e proporcionalidade;

c) Serão considerados similares os atestados que demonstrem experiência em:

- Monitoramento eletrônico 24h/7 dias com comunicação remota;
- Fornecimento de equipamentos em comodato, locação ou cessão;
- Instalação e manutenção de sistemas de alarme com tecnologia sem fio e supervisão remota;
- Atendimento a múltiplos locais/prédios;
- Equipamentos com funcionalidades equivalentes aos especificados no TR.

4. **MANTER integralmente o Edital do Pregão Eletrônico nº 107/2025, com a sessão pública agendada para 29 de dezembro de 2025, conforme cronograma original;**

5. **DETERMINAR a publicação desta decisão no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a notificação da impugnante, nos termos do art. 164, §2º da Lei nº 14.133/2021.**

Campo Bom/RS, 23 de dezembro de 2025.

FERNANDO LUZ LEHNEN

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EDE5-9C6C-40FF-4CF3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDO LUZ LEHNEN (CPF 801.XXX.XXX-87) em 23/12/2025 21:00:37 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARA HELENA DAUBERMANN (CPF 296.XXX.XXX-49) em 24/12/2025 08:46:46 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/EDE5-9C6C-40FF-4CF3>